

PREVISÕES OTIMISTAS PARA ESTE ANO

São projeções da equipe do ministro Sayad, que prevê ainda a estabilização da taxa de inflação em 11% ao ano, a partir de 87.

A inflação entre março e dezembro (os primeiros dez meses de vigência do Plano Cruzado) será de 6,8%; a balança comercial registrará um superávit de US\$ 13,7 bilhões, enquanto a economia apresentará um crescimento de 5,8%: a indústria crescerá 9,3%, mas o produto agrícola sofrerá uma queda de 4,7%.

Estas são as projeções que estão sendo consideradas pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República para este ano, estimando-se a médio prazo (1987/88), seguintes características: crescimento do PIB de 6,0% em 1987 e de 5,8% em 1988, superávit na balança comercial de 13 bilhões de dólares em 1987 e de 13,2 bilhões de dólares em 1988, e estabilização da taxa de inflação no patamar de 11% ao ano.

A inflação de 1,4% de maio parece ter sido tranqüilamente absorvida pela opinião pública, acostumada a conviver com taxas mensais de inflação de até 15% mas gerou muita inquietação nos meios técnicos do governo, envolvidos com o Plano Cruzado. Até o momento, estes técnicos divergem em suas opiniões em relação à taxa residual de inflação que se manterá no cruzado, o que inclusive tem emperrado a adaptação do sistema financeiro à nova realidade econômica.

As pressões inflacionárias atuais surgem em alguns chamados "preços críticos", que, na prática, não se submetem ao congelamento e podem continuar subindo em função da inércia inflacionária passada ou do excesso de demanda. As maiores altas até agora estiveram localizadas no vestuário, carros usados, utensílios e enfeites para residência, artigos de cama, mesa e banho e mobiliário.

O resultado é uma grande dispersão nas taxas de inflação acumuladas nos três primeiros meses do programa entre os diferentes grupos do índice de preços ao consumidor. O IPC geral registrou um índice positivo de 2,08%, a alimentação teve uma queda de 0,85%, passando para um índice crescente os itens habitação, com 1,62%, residência, com 6,01%, vestuário, 18,68%, transportes e comunicações, com 5,07%, saúde e cuidados pessoais, com 3,73%, e despesas pessoais, com 2,84%.

Os técnicos do Planejamento consideram que, com exceção dos carros usados, há pouco o que fazer em matéria de medidas adicionais para controlar ou tabelar os chamados preços críticos. Isto porque os aumentos partem da forte pressão de demanda produzida pela combinação da redução dos recolhimentos do imposto de renda na fonte, dos abonos salariais e da maior confiança da população em relação ao poder de compra futuro de seus salários. Alguns observadores sugerem a necessidade de uma política de controle da demanda, o que o governo não admite e, usualmente, enfatiza-se a necessidade de controlar a moeda e o déficit público, o caminho que parece ter sido escolhido pelo governo.

O aconselhamento dos técnicos da Seplan caminha no sentido de que o repasse da pressão de demanda vai acionar mais instrumentos fiscais de impacto imediato sobre a renda disponível dos consumidores, como, por exemplo, um aumento do recolhimento do imposto de renda na fonte, ou através do aumento das taxas de juros. O controle da moeda resultaria numa prática pouco recomendável, porque é a demanda da própria moeda que se está expandindo rapidamente e de forma imprevisível.

O próprio Planejamento tem dificuldades em fazer uma projeção em relação ao déficit público. Em primeiro lugar, porque não se sabe como se comportará a receita tributária em cruzados; em segundo, porque também não se sabe como a política de open market e suas variantes ajustarão seus custos em relação ao sistema financeiro, afetando com isto a dívida pública interna. Ainda assim, o déficit público continuará na base de 5% do produto interno bruto, contrariando as previsões do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que trabalhava com um número próximo de 0,5% do PIB.

José Augusto de Freitas, AE-Brasília.